



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007008-86.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Cumprimento de Sentença - Despesas Condominiais**
 Exequente: **Condominio Village Damha São Carlos**
 Executado: **Lys Petroni Galli**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CONDOMÍNIO VILLAGE DAMHA SÃO CARLOS propôs o pedido de cumprimento de sentença em face de **LYS PETRONI GALLI** alegando, em síntese, que a executada não cumpriu o acordo homologado, perfazendo, assim, o débito de R\$2.656,29. Juntou documentos às fls. 03/12.

A executada apresentou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 17/20). Aduziu, em suma, que os boletos emitidos pelo exequente foram devidamente pagos. Requereu o pagamento em dobro do valor cobrado, conforme artigo 940, do Código Civil. Juntou documentos às fls. 21/24.

Réplica às fls. 28/32.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Desnecessárias quaisquer outras providências, passo ao julgamento.

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença homologatória de acordo entre as partes. Na ocasião ficou estabelecido que a executada pagaria à autora a quantia de R\$4.626,36 mediante levantamento da penhora realizada, depósito em favor dos patronos da autora e o restante em 8 parcelas mensais no valor de R\$232,76.

Pois bem, a requerida comprova o pagamento das parcelas discutidas com os documentos de fls. 21/24. A requerida, por sua vez, confirma que por equívoco da Administradora do condomínio foi encaminhado à ré boleto para data diversa do acordado. Ora, a requerida não concorreu para o erro da parte autora, sendo que se ateve a realizar o pagamento na data estipulada no boleto elaborado e fornecido, sendo o que basta.

Ademais, o autor confirma o crédito na conta do condomínio, o que demonstra cabalmente a inexistência de inadimplência, conforme alegado.

Por fim, não há que se falar em repetição de indébito. A impugnação ao cumprimento de sentença é incidente processual através do qual o executado produz a sua defesa, sendo que as matérias alegadas se restringem às constantes no rol do art. 525, do NCPC.

Caso entenda pertinente, cabe à executada propor ação autônoma para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

discutir a possibilidade de recebimento dos valores cobrados no presente cumprimento.

Ante o exposto, **ACOLHO A IMPUGNAÇÃO**, reconhecendo o pagamento das parcelas ora discutidas.

Custas e despesas processuais serão suportadas pela impugnada, bem como honorários advocatícios que fixo em 15 % sobre o valor atualizado do pedido.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 23 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**